

"Instrumento para rolar a dívida"

Pública

por Isabel Nogueira Batista
de São Paulo

O mecanismo da conta remunerada, hoje adotado pela quase totalidade dos bancos, tem facilitado o financiamento da dívida interna do governo, na medida em que se constitui numa aplicação compulsória em títulos públicos. Essa é a opinião do presidente do Banco Econômico S.A., Angelo Calmon de Sá, que não acredita que as contas remuneradas possam ser um fator de instabilidade para o mercado financeiro pelo

fato de estarem lastreadas em títulos do governo.

"Só haveria instabilidade no caso de uma hiperinflação, mas como os títulos públicos são corrigidos não vejo esse risco", comentou Calmon de Sá a este jornal por ocasião de sua visita a São Paulo, na última segunda-feira, integrando um grupo de empresários latino-americanos.

Para Calmon de Sá, a decisão do governo de criar a figura jurídica do banco múltiplo está coerente com o que ficou definido na Constituição, que decidiu

acabar com o mecanismo da carta patente. Ao facilitar o acesso de diferentes grupos ao estabelecimento de uma instituição bancária, aumenta-se a concorrência no mercado financeiro. "Acho salutar a livre concorrência e acredito que com o tempo o próprio mercado irá adaptar-se e o número de instituições bancárias tenderá a reduzir-se", observou Calmon de Sá.

Na sua opinião, as operações de crédito dos bancos diminuíram porque o governo, ao girar sua dívida

no "overnight", está absorvendo a poupança interna, que acaba atraída pela aplicação sem risco de liquidez.

"O pior da inflação, pressionada basicamente pelo déficit público, é que ela gera um processo de estatização da economia", comentou Calmon de Sá. O médio empresário, explicou, fica "aniquilado" por não ter acesso ao crédito, enquanto a empresa capitalizada ou realiza investimentos ou financia o governo, aplicando em títulos da dívida pública.